

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO AMBIENTAL

PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL.....	19
1. Introdução.....	19
2. Princípio do desenvolvimento sustentável	19
3. Princípio da ubiquidade.....	23
4. Princípio da participação.....	24
5. Princípio da informação	26
6. Princípio da prevenção.....	28
7. Princípio da precaução.....	30
8. Princípio do poluidor-pagador	33
9. Princípio do usuário-pagador	36
10. Princípio do protetor-recebedor	39
11. Princípio da função socioambiental da propriedade	41
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	45
1. Introdução.....	45
2. Do dano ambiental	46
2.1. Titularidade dos bens jurídicos afetados.....	47
2.2. Natureza patrimonial ou extrapatrimonial do dano	50
2.3. Dano decorrente de atividade lícitas ou ilícitas.....	52
3. Reparação do dano ambiental.....	53
3.1. Ausência de efeitos punitivos.....	57
4. Atributos da responsabilidade civil ambiental.....	58
4.1. Responsabilidade objetiva.....	58

4.2. Teoria do risco integral.....	60
4.3. Responsabilidade solidária.....	64
4.4. Responsabilidade ilimitada.....	68
4.5. Obrigação propter rem.....	70
4.6. Imprescritibilidade.....	72
5. Responsabilidade do estado.....	73

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA 85

1. Introdução.....	85
2. Princípios da PNMA.....	86
3. Conceitos apresentados pela LPNMA.....	87
4. Objetivos da PNMA.....	91
5. Instrumentos da PNMA.....	94
6. Responsabilidade civil objetiva por danos ao meio ambiente.....	124
7. SISNAMA.....	125
8. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.....	133

LICENCIAMENTO AMBIENTAL..... 147

1. Introdução.....	147
2. Conceito, fundamentos e natureza jurídica.....	148
3. Etapas.....	150
3.1. Estudos ambientais.....	151
4. Atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.....	153
5. Competência.....	155
5.1. Competência para licenciamento em APAs.....	161
5.2. Requisitos para o ente efetuar licenciamento ambiental.....	163
5.3. Taxa incidentes sobre o licenciamento ambiental.....	164
5.4. Competência supletiva e competência subsidiária.....	165
5.5. Competência para fiscalização ambiental.....	167
6. Licença ambiental.....	170
6.1. Natureza jurídica da licença ambiental.....	171
6.2. Publicidade da licença ambiental.....	173

6.3.	Tipos de licença ambiental.....	174
6.4.	Prazo para análise da licença ambiental.....	176
6.5.	Prazos de validade da licença ambiental.....	177
6.6.	Renovação da licença ambiental.....	178
6.7.	Revisão da licença ambiental.....	179
6.8.	Regularização de atividades em funcionamento.....	180
6.9.	Compensação ambiental.....	180
7.	Infrações relacionadas ao licenciamento ambiental.....	184

PARTE II DIREITO AGRÁRIO

TEORIA GERAL DO DIREITO AGRÁRIO..... 193

1.	Conceito e conteúdo.....	193
2.	Princípios do direito agrário.....	195
2.1.	Princípio da função social da propriedade.....	195
2.2.	Princípio da primazia da utilização da terra.....	198
2.3.	Princípio da redistribuição das propriedades imobiliárias inadequadas.....	198
2.4.	Princípio da privatização de terras públicas.....	199
2.5.	Princípio da dicotomia do direito agrário.....	199
2.6.	Princípio da proteção à propriedade rural produtiva, à pequena e à média propriedade e à propriedade familiar.....	199
2.7.	Princípio do monopólio legislativo da união para legislar sobre matéria agrária.....	200
2.8.	Princípio do estímulo ao cooperativismo.....	200
2.9.	Princípio do fortalecimento da empresa agrária.....	200
2.10.	Princípio da proteção especial da propriedade indígena.....	201
2.11.	Princípios conforme Benedito Ferreira Marques.....	201

INSTITUTOS DE DIREITO AGRÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 207

1.	Aquisição do imóvel rural por estrangeiros.....	207
2.	Terras indígenas.....	211

3.	Comunidades tradicionais e as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.....	214
3.1.	Comunidades quilombolas.....	214
3.2.	Comunidades tradicionais.....	216
4.	Terras devolutas.....	217
4.1.	Processo de discriminação das terras devolutas da união.....	220
4.1.1.	Procedimento administrativo.....	220
4.1.2.	Procedimento judicial – ação discriminatória.....	222
4.2.	Legitimação da posse em terras devolutas.....	224
5.	Confisco agrário.....	225

USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL AGRÁRIO 235

1.	Introdução.....	235
2.	Requisitos da usucapião constitucional rural.....	237
3.	Processo e procedimento da usucapião especial rural.....	252

REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICA AGRÁRIA 257

1.	Da política agrária.....	257
2.	Da reforma agrária.....	259
2.1.	Fundamentos.....	262
2.2.	Métodos.....	262
2.3.	Características.....	263
2.4.	Objetivos.....	264
2.5.	Beneficiários.....	265

DESAPROPRIAÇÃO AGRÁRIA 267

1.	Introdução.....	267
2.	Sujeito ativo e sujeito passivo da desapropriação agrária.....	271
3.	Objeto da desapropriação agrária.....	272
4.	Procedimento da desapropriação agrária.....	279
4.1.	Fase administrativa.....	279

4.1.1. Vistoria preliminar ou prévia.....	279
4.1.2. Decreto declaratório ou expropriatório	284
4.1.3. Vistoria de avaliação	285
4.2. Fase judicial.....	286
5. Indenização na desapropriação agrária	296
5.1. Títulos da dívida agrária (TDA).....	298
5.2. Indenização da cobertura florestal na desapropriação.....	300
5.3. Benfeitorias	301
5.4. Valor da indenização.....	303
6. Obrigações do poder público após a desapropriação	306

PARTE III DIREITO URBANÍSTICO

ESTATUTO DA CIDADE.....	335
1. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	337
2. IPTU progressivo no tempo	338
3. Desapropriação com pagamento em títulos.....	339
4. Usucapião especial de imóvel urbano	341
5. Direito de superfície	346
6. Direito de sobrelevação (direito de laje)	347
7. Direito de preempção, de preferência ou de prelação.....	348
8. Outorga onerosa do direito de construir	351
9. Transferência do direito de construir	353
10. Operações urbanas consorciadas.....	354
11. Estudo de impacto de vizinhança (EIV).....	356
12. Plano diretor	357
13. Gestão democrática da cidade.....	361
14. Consórcio imobiliário	362
15. Hipóteses de configuração de improbidade administrativa.....	363

LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO.....	369
1. Introdução.....	369
2. Competência legislativa e administrativa.....	369
3. Conceitos importantes.....	370
3.1. Parcelamento.....	370
3.2. Loteamento e desmembramento.....	370
3.3. Gleba e lote.....	372
3.4. Desdobro.....	374
3.5. Lei 13.465/2017 E sua repercussão na Lei 6.766/79.....	375
3.5.1. Condomínio de lotes.....	375
3.5.2. Loteamento de acesso controlado.....	379
3.5.3. Condomínio urbano simples.....	379
3.6. Resumo.....	381
4. Requisitos para fins de loteamento – art. 4º da Lei 6.766/79.....	381
5. Zoneamento urbano.....	383
6. Etapas para implantação regular do parcelamento.....	384
6.1. Projeto de loteamento.....	384
6.2. Projeto de desmembramento.....	387
6.3. Aprovação do projeto de loteamento e desmembramento.....	387
6.3.1. Limitação temporal.....	388
6.4. Registro do loteamento e desmembramento.....	389
6.4.1. Regra de registro de área loteada situada em mais de uma circunscrição imobiliária.....	391
6.4.2. Efeitos do registro do loteamento.....	392
6.4.3. Loteamento irregular x loteamento clandestino.....	392
6.4.4. Responsabilidade do município na regularização de loteamento ou desmembramento.....	392
6.4.5. Hipóteses de cancelamento do registro.....	393
7. Contratos.....	394
7.1. Disposições gerais sobre o compromisso de compra e venda.....	394
7.2. Adjudicação compulsória.....	396
7.3. Compromisso de compra e venda na Lei 6.766/79.....	397

7.3.1. Pré-contrato e execução coativa.....	399
7.4. Alteração parcial do loteamento	400
7.5. Sucessão de adquirentes	400
7.6. Falência das partes	400
7.7. Cessão do contrato de promessa de compra e venda	401
7.8. Rescisão e cancelamento de contratos a imóveis loteados.....	401
7.9. Consignação em pagamento.....	402
7.10. Rescisão por inadimplemento e benfeitorias.....	402
7.11. Cancelamento do registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão	402
8. Novidade legislativa: contratos regidos pela Lei 6.766/79 e a Lei do Distrato Imobiliário (Lei nº 13.789/2018)	402